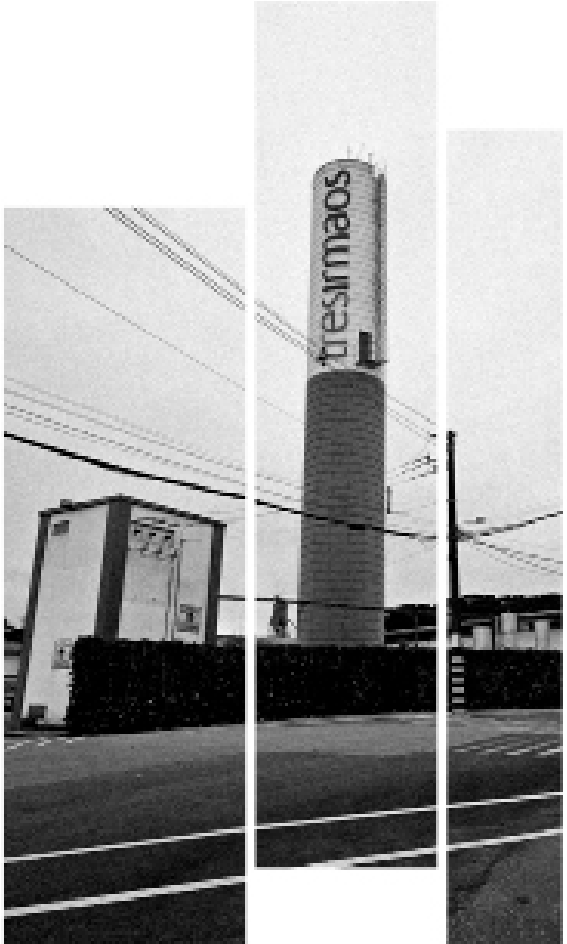
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 14 de novembro de 2025.

Sumário

01. **Introdução** pg 05

02. **Cronograma Processual** pg 06
- Eventos nos autos após o último RMA pg 07

03. **Operação** pg 09
- Atividade Empresarial pg 09
- Estrutura Societária pg 10

04. **Funcionários** pg 11
- Evolução do Quadro de Funcionários (Set de 2024 a Set de 2025) pg 11
- Principais Achados Econômicos pg 13
- Implicações Econômicas pg 13

05. **Estoque** pg 14
- Resumo geral do estoque por unidade pg 14
- Estrutura por classificação (consolidado) pg 16
- Análise econômica e financeira pg 16
- Relevância estratégica pg 16

06. **Produção** pg 17
- Campo Alegre/SC pg 17
- Caçador/SC pg 17
- Considerações econômicas e gerenciais pg 19

07. **Faturamento** pg 20
- Análise financeira pg 20
- Totais e percentuais pg 21
- Análise econômica e de mercado pg 22
- Considerações estratégicas pg 22

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 23

Evolução dos ativos – Tabela resumida ..... pg 23
Análise financeira ..... pg 25
Análise contábil ..... pg 25
Análise econômica ..... pg 26
Conclusão ..... pg 26

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 27

Evolução dos passivos e patrimônio líquido (milhões R$) ..... pg 27
Análise financeira ..... pg 28
Análise contábil ..... pg 28
Análise econômica ..... pg 28
Resumo ..... pg 29
Situação contábil ..... pg 29
Situação econômica ..... pg 30
Conclusão ..... pg 30

10. Análise Geral do DRE pg 32

Análise contábil ..... pg 33
Análise econômica ..... pg 33
Análise financeira ..... pg 33
Contexto evolutivo ..... pg 34

11. Passivo Tributário pg 35

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Estado de Santa Catarina) ..... pg 35
Situação Operacional ..... pg 37
Implicações Financeiras ..... pg 37
Recomendação Estratégica ..... pg 37
Detalhamento dos principais passivos tributários ..... pg 38
Quadro Resumo ..... pg 39
Diagnóstico operacional ..... pg 39
Implicações e riscos ..... pg 40

Sumário

12. **Passivo Extraconcursal** pg 41

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais pg 41

Implicações estratégicas pg 42

Pontos críticos pg 43

13. **Débitos Fiscais** pg 44

Resumo executivo (onde a empresa está hoje) pg 44

14. **Receita Federal (RFB) - SIEF e Processos** pg 46

Pendência – Processo Fiscal (SIEF) pg 46

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF) pg 46

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa) pg 47

15. **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)** pg 48

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa pg 48

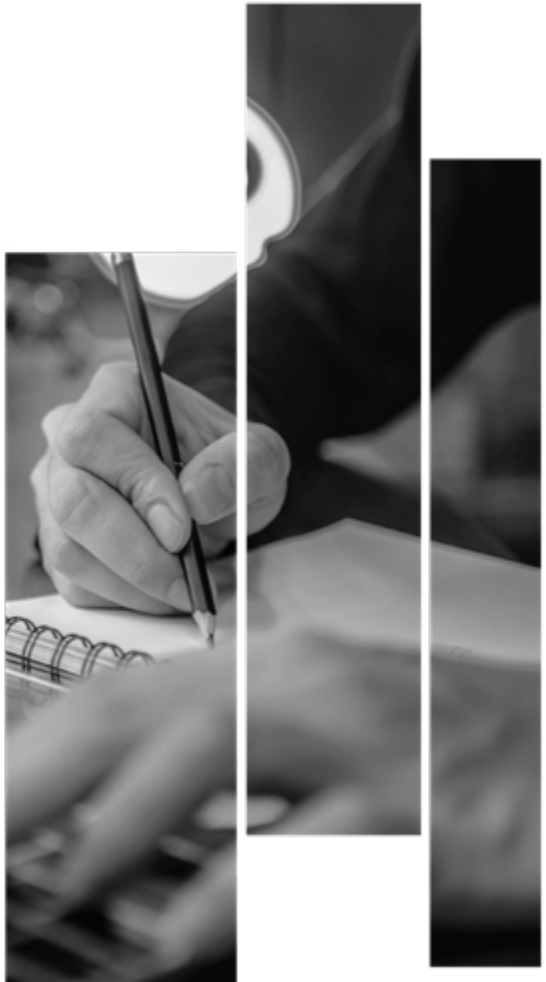
Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025 pg 48

16. **Certidão Fiscal - Leitura e Implicações Práticas** pg 49

Conclusão pg 49

17. **Considerações Finais** pg 50

01 Introdução



Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de setembro de 2025.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, além da **recente visita técnica ocorrida no dia 06/10/2025 nas dependências matriz da empresa,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 272
28/04/2025
Publicação edital de convocação de assembleia geral de credores (art. art. 36)

Evento 292
20/05/2025
Fim do prazo do edital de convocação da AGC

Evento 307
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025
Votação do PRJ concluída (rejeição na classe II)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

EVENTOS NOS AUTOS APÓS O ÚLTIMO RMA

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
17/10/2025	419	**Rodolog Logística Ltda**	Juntada de plano de recuperação judicial alternativo	–	–	–	Evento 397 - Determinada a intimação do Banco do Brasil S.A. para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias	–	✓
17/10/2025	420	**Banco do Brasil S.A.**	Manifestação informando que apresentou contestação nos autos da consignação de crédito n. 5041228-33.2025.8.24.0038, com requerimento de manutenção da habilitação do credor na classe II, com redução do valor habilitado de US$ 113.464,82 para o montante (saldo remanescente) de R$ 298.869,73	–	–	–	–	–	✓
21/10/2025	422	**Ministério Público**	Manifestação com anuência do pedido de reconhecimento de abuso do direito de voto e pela concessão da recuperação judicial pelo cram down mediante mitigação do § 1º do artigo 58 da LREF	–	–	–	Evento 424 - Decisão interlocutória que reconheceu a abusividade do voto exercido pelo Banco do Brasil S.A. e homologou o plano de recuperação judicial, concedendo-se ao fim a recuperação judicial à Recuperanda	–	✓

EVENTOS NOS AUTOS APÓS O ÚLTIMO RMA

DATA	EVENTO	ORIGEM	OBJETO	MANIFESTAÇÃO			DECISÃO	PENDÊNCIAS	ATIVO
				RECUPERANDA	AJ	MP			
30/10/2025	437	Vara	Expedição do Edital de homologação do plano e concessão da recuperação judicial com prazo de 04/11/2025 até 19/11/2025	–	–	–	–	–	✓

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

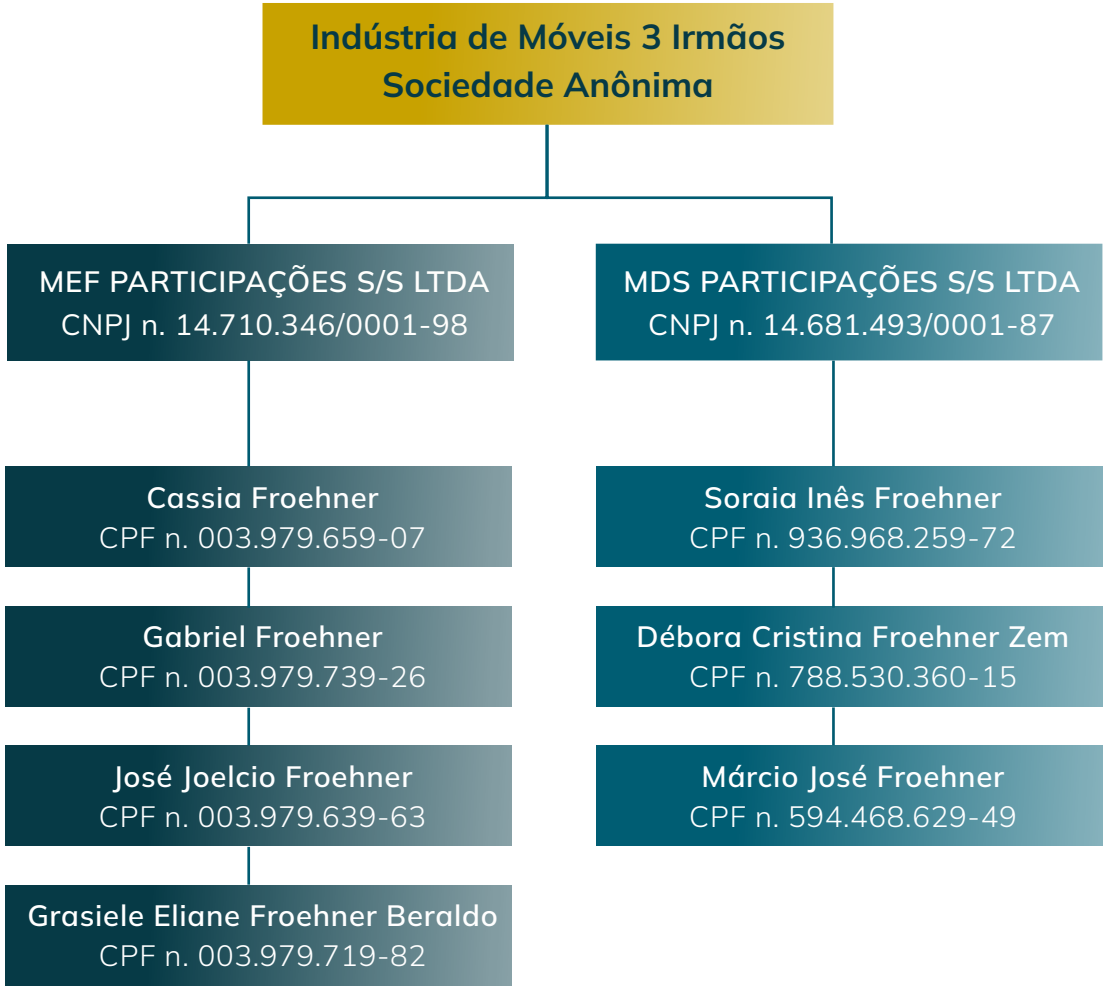
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



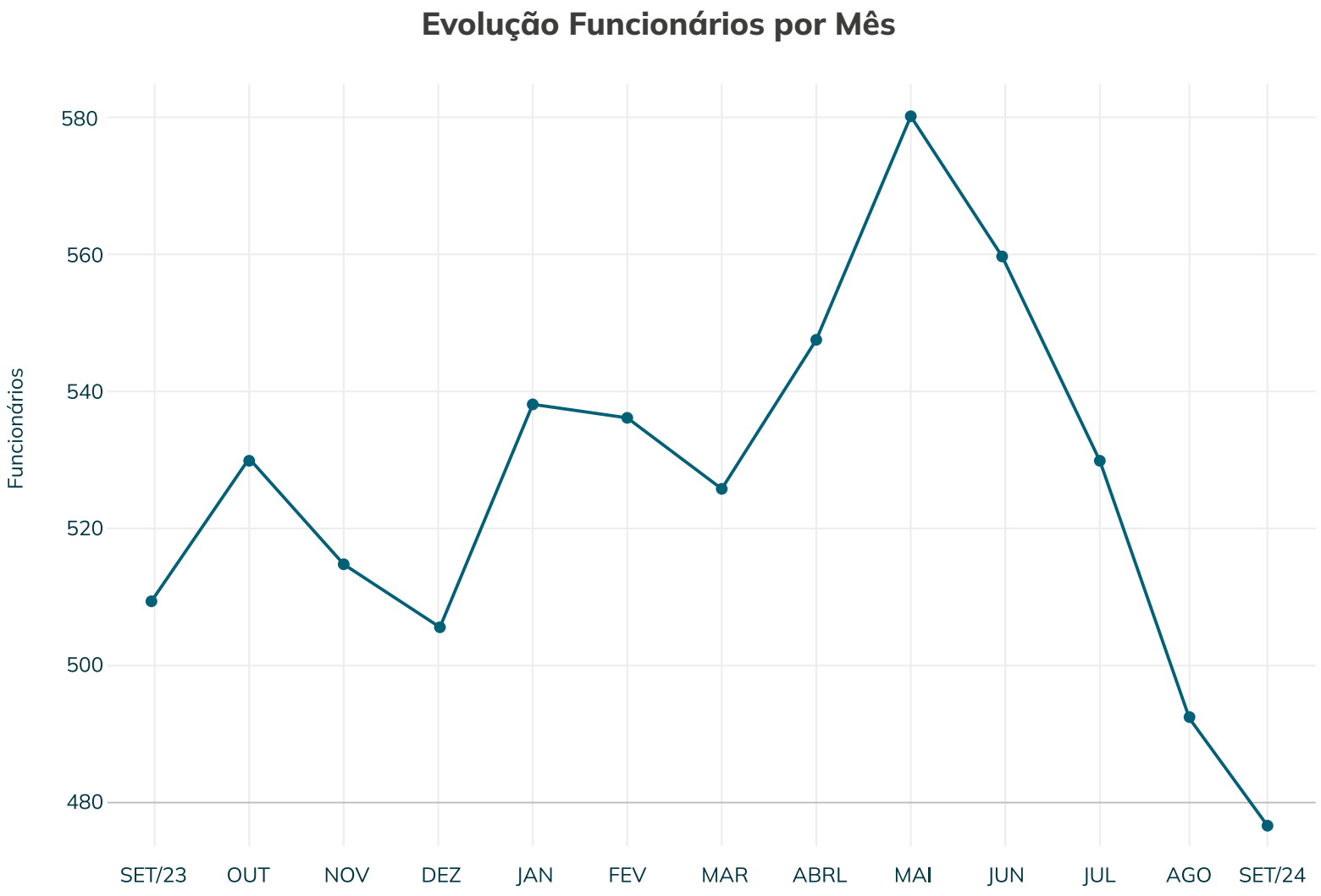
04 Funcionários

A análise evidencia alternâncias relevantes no quadro de pessoal ao longo do último ano (2024 e 2025). Considerando os totais das duas unidades sem afastados e sem aprendizes, observa-se uma trajetória de oscilação com tendência de aumento no volume de funcionários na maior parte do período.

Evolução mensal de funcionários

MÊS/ANO	TOTAL
Setembro de 2024	511
Outubro de 2024	531
Novembro de 2024	516
Dezembro de 2024	507
Janeiro de 2025	539
Fevereiro de 2025	537
Março de 2025	527
Abril de 2025	548
Maio de 2025	580
Junho de 2025	559
Julho de 2025	531
Agosto de 2025	**491**
Setembro de 2025	**474**

O gráfico abaixo demonstra a variação citada:



Principais Achados Econômicos	• O efetivo de funcionários ativos (sem afastados e aprendizes) atingiu o pico em maio (580 pessoas), evidenciando expansão nas operações ou aumento de demanda naquele período. • A partir de junho, nota-se retração progressiva, atingindo 474 em setembro, sugerindo ajuste de capacidade, sazonalidade, ganho de produtividade, ou eventual contenção de custos operacionais. • O fluxo ao longo do ano, com períodos de crescimento e redução, aponta para forte sensibilidade do RH às oscilações do mercado e às necessidades econômicas da empresa.
Implicações Econômicas	• O controle dinâmico do quadro funcional é um mecanismo importante para preservar competitividade e adaptar custos nas variações de receita, mas quedas bruscas podem indicar desafios econômicos, necessidade de contenção de despesas ou resposta a pressões do mercado externo. • O acompanhamento mensal minucioso permite avaliar eficiência, produtividade e eventual impacto sobre clima interno, rotatividade e manutenção de capital humano qualificado.

Em resumo, a gestão do pessoal durante o ano está marcada por expansão até meados do período e, na sequência, relevante ajuste, sinalizando capacidade de adaptação, mas também alerta para a necessidade de analisar fatores externos que pressionam a capacidade de emprego da empresa.

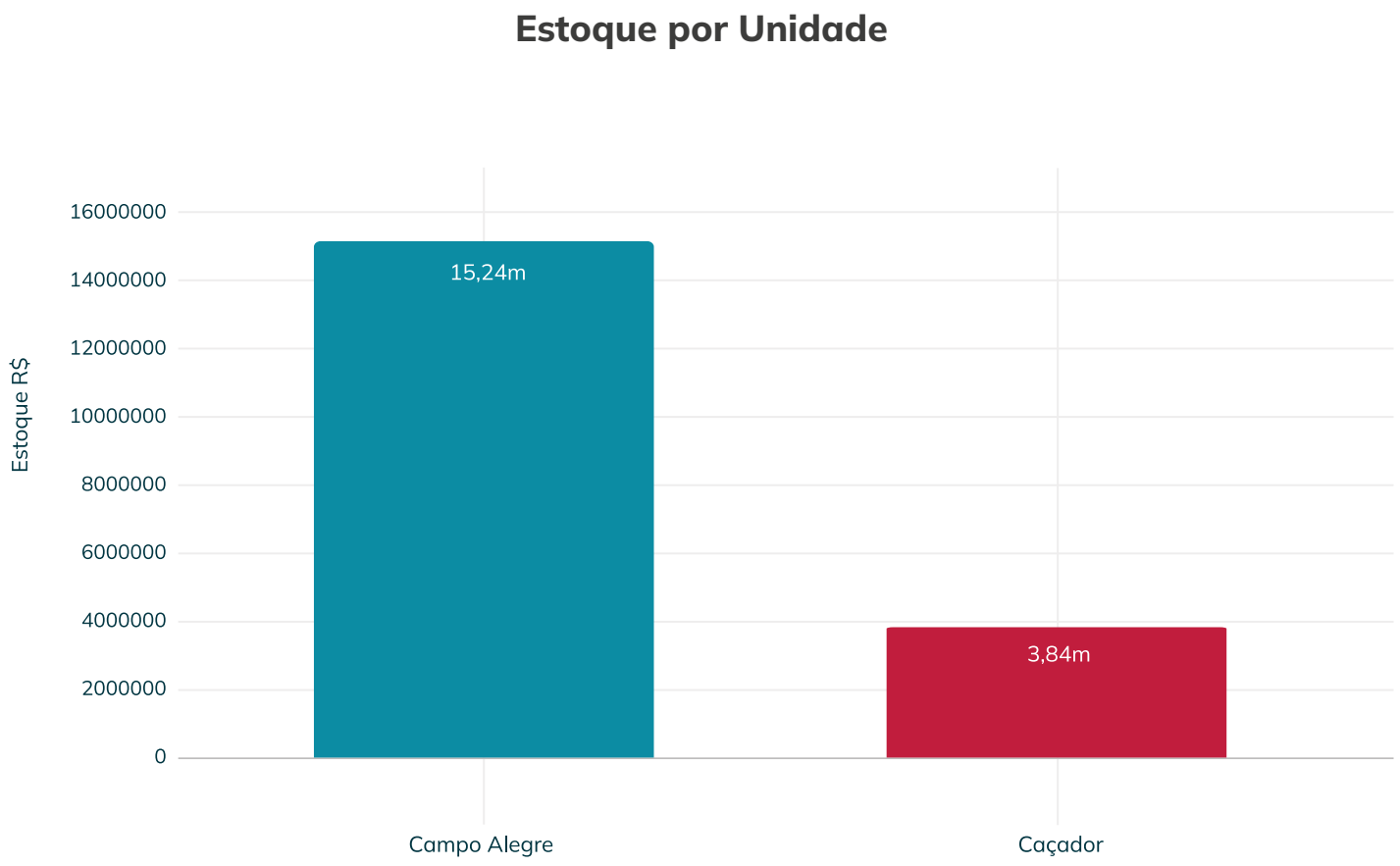
05 Estoque

O estoque da Recuperanda em setembro de 2025 apresenta centralização e concentração econômica marcante, com quase 80% do valor alocado na unidade Campo Alegre e 20% na unidade Caçador. A análise financeira e por classificação detalha a composição desse ativo essencial ao funcionamento industrial.

Resumo geral do estoque por unidade

UNIDADE	VALOR TOTAL (R$)	PERCENTUAL DO TOTAL (%)
Campo Alegre/SC	R$ 15.237.651,99	79,88
Caçador/SC	R$ 3.837.077,63	20,12
TOTAL GERAL	R$ 19.074.729,62	100

O gráfico abaixo demonstra a variação citada:



O estoque concentra-se quase completamente na unidade Campo Alegre/SC, que responde por mais de três quartos do valor total, sinalizando centralização das operações logísticas e de armazenamento.

Estrutura por classificação (consolidado)	• As classificações com maior peso financeiro incluem matérias-primas, produtos semiacabados e acabados, o que demonstra o papel central dos insumos madeireiros e dos produtos em processo para o capital de giro e a estratégia de produção. • Algumas classificações, especialmente ligadas a estoques de ciclo longo, respondem isoladamente por valores superiores a R$ 2 milhões cada.
Análise econômica e financeira	• O valor absoluto elevado do estoque (R$ 19 milhões) representa alto volume de capital imobilizado em matérias-primas, produtos em processo e acabados, tornando o giro dos estoques um fator crítico para estrutura de liquidez e eficiência operacional. • A centralização em uma unidade reduz custos logísticos, favorece o controle, diminui perdas e facilita auditorias, porém aumenta riscos em caso de sinistros (incêndio, roubo) ou gargalos produtivos nessa unidade. • A diversidade de classificações evidencia boa gestão de variedade de produtos e insumos, mas exige monitoramento constante para evitar obsolescência (itens de baixíssimo valor no consolidado). • O equilíbrio eficiente entre estoques elevados para garantir produção contínua e os custos de capital atrelados é fundamental para não comprometer a rentabilidade.
Relevância estratégica	• Estoques elevados de insumos essenciais e produtos estratégicos oferecem proteção contra ruptura produtiva e garantem flexibilidade frente a flutuações sazonais da demanda. • A gestão atual sugere política prudente de segurança de estoque, mas o porte do ativo demanda políticas de giro, nivelamento e eventuais vendas de excessos ou itens obsoletos para liberar capital de giro.

A saúde econômico-financeira da 3 Irmãos depende, em parte, dessa gestão de estoque, que deve ser permanentemente alinhada à dinâmica de vendas, ciclos de recebimento e capacidade de armazenagem eficiente para evitar impacto negativo nas margens e na liquidez geral.

06 Produção

A análise da evolução da produção nas unidades Campo Alegre e Caçador da 3 Irmãos evidencia trajetórias bastante distintas e decisões estratégicas significativas ao longo do ciclo de 2024/2025.

Campo Alegre/SC

- A produção apresentou forte crescimento no segundo semestre de 2025, atingindo o recorde de 253.477 m² em setembro de 2025, após um início de período com oscilações pronunciadas entre 130 mil e 195 mil m²/mês.
- Picos de crescimento ocorreram em maio (196.646 m²), julho (200.365 m²) e um salto expressivo em agosto/setembro, indicando não apenas recuperação de eventuais quedas, mas ganhos reais de escala e eficiência operacional na reta final do ciclo.
- A menor produção foi registrada em junho/2025 (127.980 m²), sugerindo possível parada técnica, ajuste de férias ou oscilação de demanda, prontamente revertida nos meses seguintes.

A média geral do período para Campo Alegre/SC foi de aproximadamente 170.700 m²/mês, e o padrão dos últimos três meses revela tendência de maturidade produtiva e aproveitamento da plena capacidade fabril.

Caçador/SC

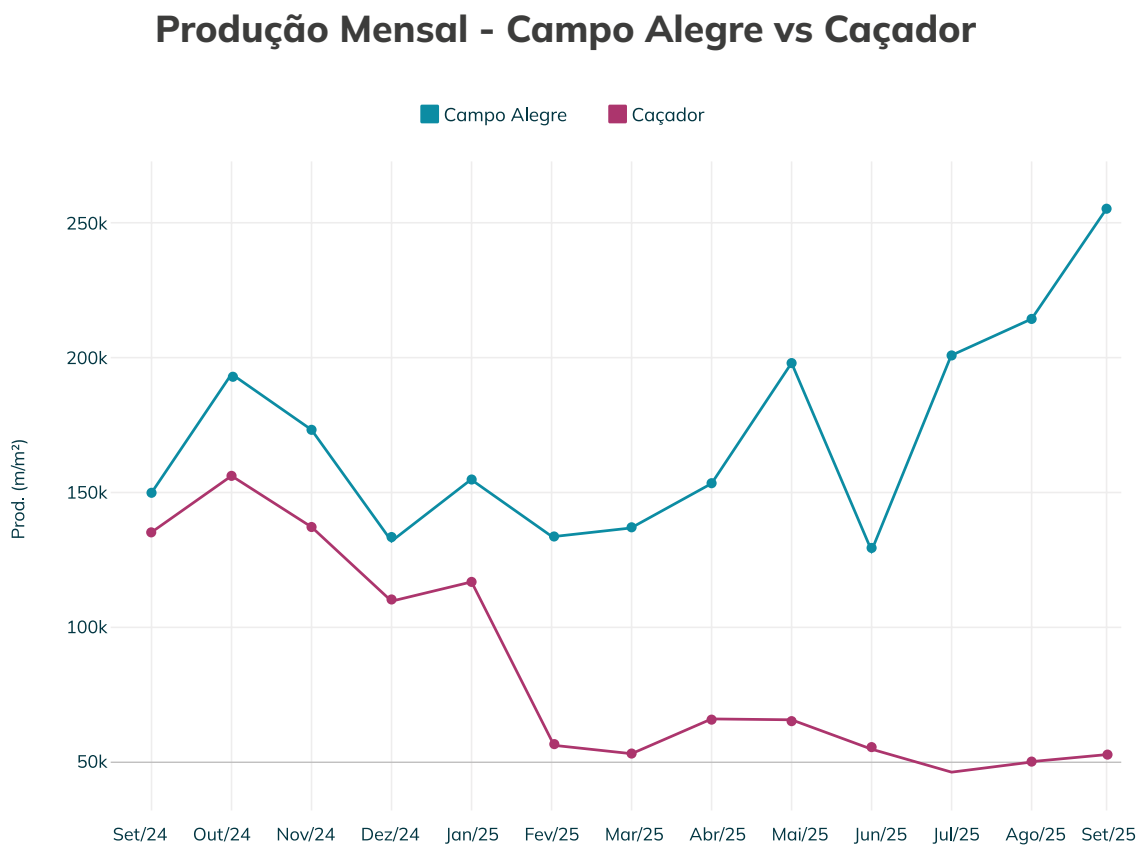
- Em 2024, a produção mantinha-se entre 108.737 e 153.521 m²/mês, com média superior a 130 mil m² na maior parte do semestre.
- A partir de fevereiro de 2025, nota-se mudança operacional — parte da produção passa a ser realizada em prensa, substituindo a linha pré-existente pela máquina de calibração, transferida para Campo Alegre/SC. Os volumes caem para o patamar de 47 a 66 mil m²/mês, quase metade do registrado em 2024.

Caçador/SC

- O menor valor do ciclo foi em agosto/2025 (47.280 m²), com modesta recuperação em setembro (52.783 m²), evidenciando impacto relevante na capacidade da unidade Caçador/SC após a reorganização do parque produtivo.

- A tendência do segundo semestre mostra patamar estabilizado, porém significativamente inferior ao do mesmo período do ano anterior, refletindo foco da empresa na centralização de processos e eventual especialização da planta local.

A seguir gráfico com a produção mensal das duas unidades:



Considerações Econômicas e Gerenciais

- A estratégia de transferir máquina e concentrar a alta produtividade em Campo Alegre resultou em clara liderança desta unidade no volume de produção, ampliando ganhos de escala e permitindo diluição de custos fixos em um maior número de peças.

- A redução em Caçador pode gerar economias operacionais localizadas, mas reduz sua participação no resultado e exige revisão periódica para evitar ociosidade ou subutilização de ativos.

- O ajuste fabril revela resposta administrativa flexível às condições mercadológicas e à busca por maior integração operacional. Entretanto, ressalta a necessidade de monitorar o desempenho de Caçador, para evitar perda de competitividade e garantir o retorno sobre o parque fabril existente.

Em síntese, a evolução aponta centralização e robustez crescente em Campo Alegre, enquanto Caçador passa a atuar em faixa mais restrita de produção dinâmica que reformula o perfil produtivo da empresa e demanda acompanhamento próximo do rendimento por unidade ao longo do próximo ciclo.

07 Faturamento

O faturamento da Recuperanda em 2025 evidencia uma relevante dinâmica financeira e econômica, com forte predominância das exportações, flutuações significativas ao longo do ano e clara influência do mercado externo em seu desempenho global.

Análise Financeira

- O faturamento total acumulado até setembro/2025 foi de R$ 89,38 milhões, incluindo R$ 86,5 milhões de vendas diretas em reais e USD 15,29 milhões em divisas (mercado externo), consolidando elevada participação do mercado internacional.

- Em setembro/2025, o faturamento bruto atingiu R$ 10,2 milhões, reflexo de leve recuperação em relação a agosto e de forte sazonalidade — o total é quase 20% superior à média mensal do primeiro semestre.

- Os meses de maior receita foram janeiro (R$ 13,06 milhões) e setembro (R$ 10,2 milhões); o menor desempenho ocorreu em maio e junho, refletindo possíveis efeitos de baixa intermediária no ciclo de exportações e impacto do calendário externo.

- A variação do faturamento em reais demonstra bom equilíbrio entre estabilidade operacional e resposta a sazonalidade e pedidos especiais, com queda acentuada entre maio e junho, mas recuperação robusta no terceiro trimestre.

Faturamento

MÊS	MERCADO EXTERNO (R$)	MERCADO EXTERNO (USD)	MERCADO NACIONAL (R$)	FATURAMENTO TOTAL (R$)
Janeiro	R$ 12.785.452,60	$ 2.136.395,16	R$ 278.544,18	R$ 13.063.996,78
Fevereiro	R$ 9.348.077,88	$ 1.622.961,03	R$ 268.843,66	R$ 9.616.921,54
Março	R$ 9.313.630,07	$ 1.619.182,65	R$ 268.854,46	R$ 9.582.484,53
Abril	R$ 9.271.472,73	$ 1.602.589,40	R$ 296.032,12	R$ 9.567.504,85
Maio	R$ 8.594.739,60	$ 1.518.314,90	R$ 393.139,65	R$ 8.987.879,25
Junho	R$ 8.849.216,67	$ 1.596.066,25	R$ 337.331,28	R$ 9.186.547,95
Julho	R$ 9.820.525,53	$ 1.774.253,15	R$ 325.666,22	R$ 10.146.191,75
Agosto	R$ 8.656.361,46	$ 1.587,143,75	R$ 368.563,32	R$ 9.024.924,78
Setembro	R$ 9.865.791,10	$ 1.834.874,27	R$ 343.962,98	R$ 10.209.754,08

Totais e percentuais

Total acumulado:
R$ 89.377.205,51;

Faturamento mercado externo:
R$ 86.505.267,64 (96,8%);

Faturamento mercado interno:
R$ 2.871.937,87 (3,2%);

Faturamento externo em dólares:
USD 15.291.780,56.

Os dados evidenciam forte predominância das receitas de exportação, alta exposição ao dólar e ao mercado internacional, e relevância marginal do mercado doméstico no resultado da empresa.

Análise Econômica e de Mercado	• O peso do mercado externo é crucial: 96,8% do volume faturado decorrem de exportações, tornando a empresa exposta às oscilações cambiais e ao ritmo internacional do setor moveleiro, bem como aos riscos logísticos e de crédito desses mercados. • O faturamento do mercado interno mantém-se marginal (3,2%), sugerindo forte especialização exportadora, dependência de contratos internacionais e estruturação fabril voltada ao atendimento de padrões e escalas globais. • As oscilações mensais são compatíveis com contratos sazonais, entregas pactuadas por trimestre ou efeitos de calendário de grandes clientes externos, demandando planejamento de caixa ajustado às entradas em ondas e ao alongamento nos ciclos de recebimentos.
Considerações Estratégicas	• A diversificação de receitas é baixa – empresa concentra-se em poucos mercados e depende de grandes contas exportadoras, o que aumenta a vulnerabilidade frente a eventos externos e variações cambiais adversas. • O giro elevado (acima de R$ 10 milhões/mês em vários momentos) exige rigorosa gestão de capital de giro, hedge cambial e atenção ao crédito internacional. • O padrão recente (crescimento robusto no terceiro trimestre) indica desempenho acima da média histórica, potencialmente associado a retomada da demanda global ou novos contratos em fase de entrega.

O faturamento analisado revela elevada eficiência exportadora e maturidade operacional, mas demanda contínua atenção à exposição cambial e à dependência dos mercados externos para manutenção da sustentabilidade financeira e expansão futura.

08

Visão Geral dos Ativos

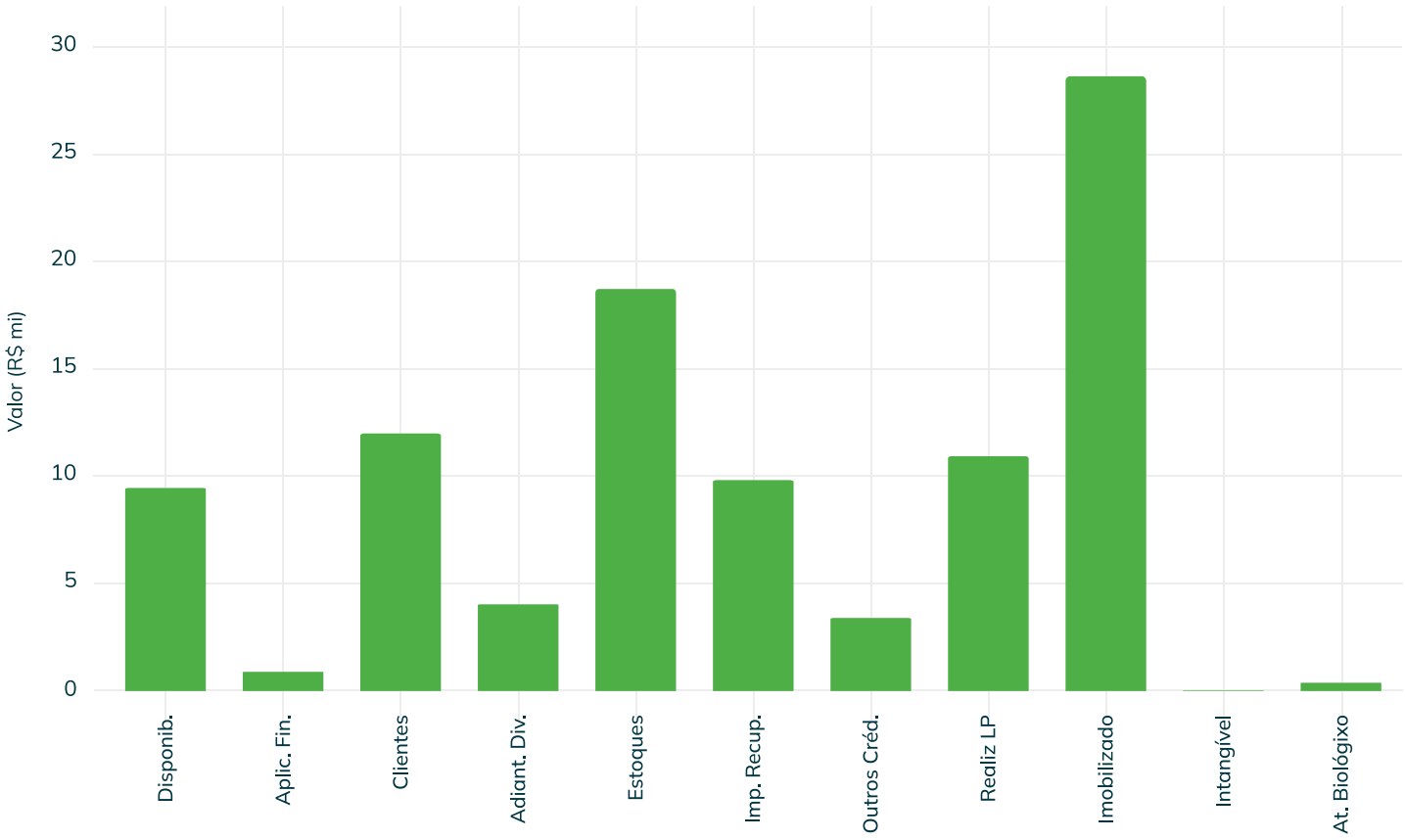
A análise dos ativos da Recuperanda revela estabilidade patrimonial, leve tendência de redução do ativo total no segundo semestre, alta liquidez operacional e foco consistente em ativos produtivos. Seguem as principais conclusões:

Evolução dos ativos – Tabela resumida

MÊS/2025	ATIVO CIRCULANTE	% ATIVO TOTAL	ATIVO NÃO CIRCULANTE	% ATIVO TOTAL	ATIVO TOTAL
Janeiro	R$ 49.879.846,53	54,47	R$ 41.694.225,16	45,53	R$ 91.574.071,69
Fevereiro	R$ 50.890.614,52	55,11	R$ 41.451.696,73	44,89	R$ 92.342.311,25
Março	R$ 49.182.075,91	54,4	R$ 41.224.353,41	45,6	R$ 90.406.429,32
Abril	R$ 46.285.257,74	52,97	R$ 41.088.706,55	47,03	R$ 87.373.964,29
Maio	R$ 49.143.368,11	54,58	R$ 40.900.406,44	45,42	R$ 90.043.774,55
Junho	R$ 50.866.042,26	55,56	R$ 40.691.264,82	44,44	R$ 91.557.307,08
Julho	R$ 50.924.423,97	55,7	R$ 40.500.728,30	44,3	R$ 91.425.152,27
Agosto	R$ 49.421.607,20	55,09	R$ 40.293.400,91	44,91	R$ 89.715.008,11
Setembro	R$ 48.940.194,25	54,96	R$ 40.114.780,64	45,04	R$ 89.054.974,89

A seguir tabela com a composição do ativo:

Composição do Ativo- Set/2025



Análise Financeira

• O ativo total ao longo de 2025 variou de R$ 91,57 milhões (janeiro) para R$ 89,05 milhões (setembro), uma queda de apenas 2,7% no período, com pequenas oscilações mensais — demonstrando resiliência e estabilidade financeira.

• Ativo circulante permanece majoritário, sempre acima de 52%, o que reflete foco em alta liquidez, flexibilidade na gestão de caixa e capacidade de resposta a obrigações de curto prazo, típico de empresas industrial-exportadoras.

O ativo não circulante (imobilizado, intangível, ativo biológico e créditos de longo prazo) fica estável, representando cerca de 45% dos recursos totais, indicando parque fabril robusto e capacidade produtiva preservada.

Análise Contábil

• O ativo imobilizado e ativo biológico, juntos, mantiveram-se como importantes âncoras, garantindo que boa parte do patrimônio está atrelado à capacidade operacional efetiva.

• Os estoques oscilaram entre R$ 18 e R$ 21 milhões (cerca de 20-23% do ativo), enquanto contas a receber (clientes) ficaram acima de R$ 10 milhões mensais (aprox. 11-13% do total), indicando ciclo operacional ajustado ao perfil exportador.

• Disponibilidades (caixa e aplicações) oscilaram, refletindo sazonalidade e composição de recebíveis, mas sem comprometer a estrutura de liquidez.

Impostos a recuperar e créditos fiscais continuam relevantes, reforçando estratégias de defesa tributária e possível pauta ativa de recuperação de créditos.

Análise Econômica	• A estrutura de ativos é compatível com a estratégia de exportação: estoque alto garante garantia de fornecimento para grandes contratos; contas a receber elevadas são naturais dada a dilatação do ciclo financeiro externo; e investimentos industriais continuam em patamares adequados para a escala de atuação. • O leve encolhimento do total de ativos pode indicar ajuste fino entre produção, vendas e giro de estoques, sem sinais de descapitalização ou perda de capacidade. • A estabilidade dos percentuais destaca maturidade administrativa, baixo risco de descasamento operacional e capacidade de manutenção de margens mesmo em períodos de oscilação de demanda.
Conclusão	A empresa mantém sólida base de ativos, alta liquidez corrente e eficiência operacional, com foco bem equilibrado entre patrimônio produtivo e capital de giro, típica de organizações industriais preparadas para volatilidades do mercado externo, ciclos de recebimento longos e estratégias fiscais/tributárias bem definidas.

09

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

evolução dos passivos e do patrimônio líquido da Indústria de Móveis 3 Irmãos entre janeiro e setembro de 2025 mostra estabilidade moderada e ajustes regressivos, reflexo de prudência financeira e reorganização do perfil de endividamento.

Evolução dos passivos e patrimônio líquido (milhões R$)

MÊS DE 2025	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PASSIVO TOTAL
Janeiro	78,84	16,98	16,98	91,57
Fevereiro	83,69	12,93	12,93	92,34
Março	84,26	12,52	12,52	90,41
Abril	81,11	14,58	14,58	87,37
Maio	85,74	14,31	14,31	90,04
Junho	89,13	13,88	13,88	91,56
Julho	91,23	13,72	13,72	91,42
Agosto	90,75	13,38	13,38	89,72
Setembro	90,84	13,03	13,03	89,05

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Análise Financeira

• O passivo circulante é predominante: na maioria das vezes acima de 80 milhões (e 85 a 91 milhões nos meses finais), demonstrando alta dependência de obrigações de curto prazo — fornecedores, financiamentos bancários e obrigações operacionais.

• O passivo não circulante diminuiu progressivamente, sugerindo amortização de dívidas de longo prazo ou reestruturação contratual para melhorar a liquidez corrente.

• O patrimônio líquido teve queda de R$ 4,25 milhões devedor em janeiro para R$ 14,82 milhões em setembro, evidenciando certa insuficiência de capital próprio e exposição ao risco de insolvência.

Análise Contábil

• A dominância do passivo circulante exige controle rigoroso do fluxo de caixa e agilidade nas negociações com credores. A presença relevante de financiamentos e obrigações tributárias indica alinhamento ao perfil industrial-exportador brasileiro.

• O patrimônio líquido devedor indica que, apesar da geração de caixa e do crescimento do faturamento, o acúmulo de prejuízos anteriores ou passivos históricos não foi plenamente revertido, persistem déficits acumulados que prejudicam a alavancagem e dificultam o acesso ao crédito.

Análise Econômica

• A recomposição do patrimônio líquido frente à estabilidade dos passivos revela que a empresa está gerando valor e aumentando sua robustez em momento de demanda internacional variável.

• O padrão indica gestão conservadora, com amortizações de longo prazo e possível alongamento de dívidas de curto prazo para preservar fôlego operacional.

No contexto econômico, esta situação limita a empresa no mercado: risco elevado percebido por bancos e fornecedores, potencial reforço a financiamentos e necessidade de revisão da estrutura operacional para recomposição do capital.

Resumo

A Três Irmãos apresenta, com base nos balancetes de 2025, uma situação contábil de recuperação progressiva, mas ainda marcada por desequilíbrio patrimonial devido ao patrimônio líquido negativo durante todo o ano. Apesar da evolução positiva dos saldos, o passivo supera os ativos, deixando a companhia em estado de insuficiência de capital próprio.

Situação contábil

Patrimônio Líquido

Permanece negativo todo o período, mas com melhora gradual: de -R$ 4,3 milhões (janeiro) para -R$ 14,8 milhões (setembro), apontando que, embora a geração operacional e resultado estejam reduzindo o déficit, a empresa não atingiu ainda um saldo positivo e credor.

Ativos

Apresentam composição sólida, com destaque para estoques, contas a receber e ativos operacionais (imobilizado, ativo biológico), embora sem compensar integralmente os passivos acumulados e o histórico de prejuízos.

Passivos

O passivo circulante é bastante alto, causando pressão no caixa e exigindo máxima atenção à liquidez e à gestão do capital de giro, enquanto o passivo não circulante foi reduzido por esforços de amortização e alongamento de dívidas.

Situação econômica

Liquidez e Capital de Giro

O ciclo financeiro requer rigor no controle dos recebíveis e dos estoques para evitar insolvência de curto prazo, pois há forte predominância de dívidas e compromissos a serem liquidados em menos de 12 meses.

Geração de Caixa

Os indícios de receitas crescentes e de alguma eficiência operacional mostram que a empresa consegue gerar caixa para mitigar déficits do passado, mas ainda insuficiente para inverter o patrimônio líquido negativo.

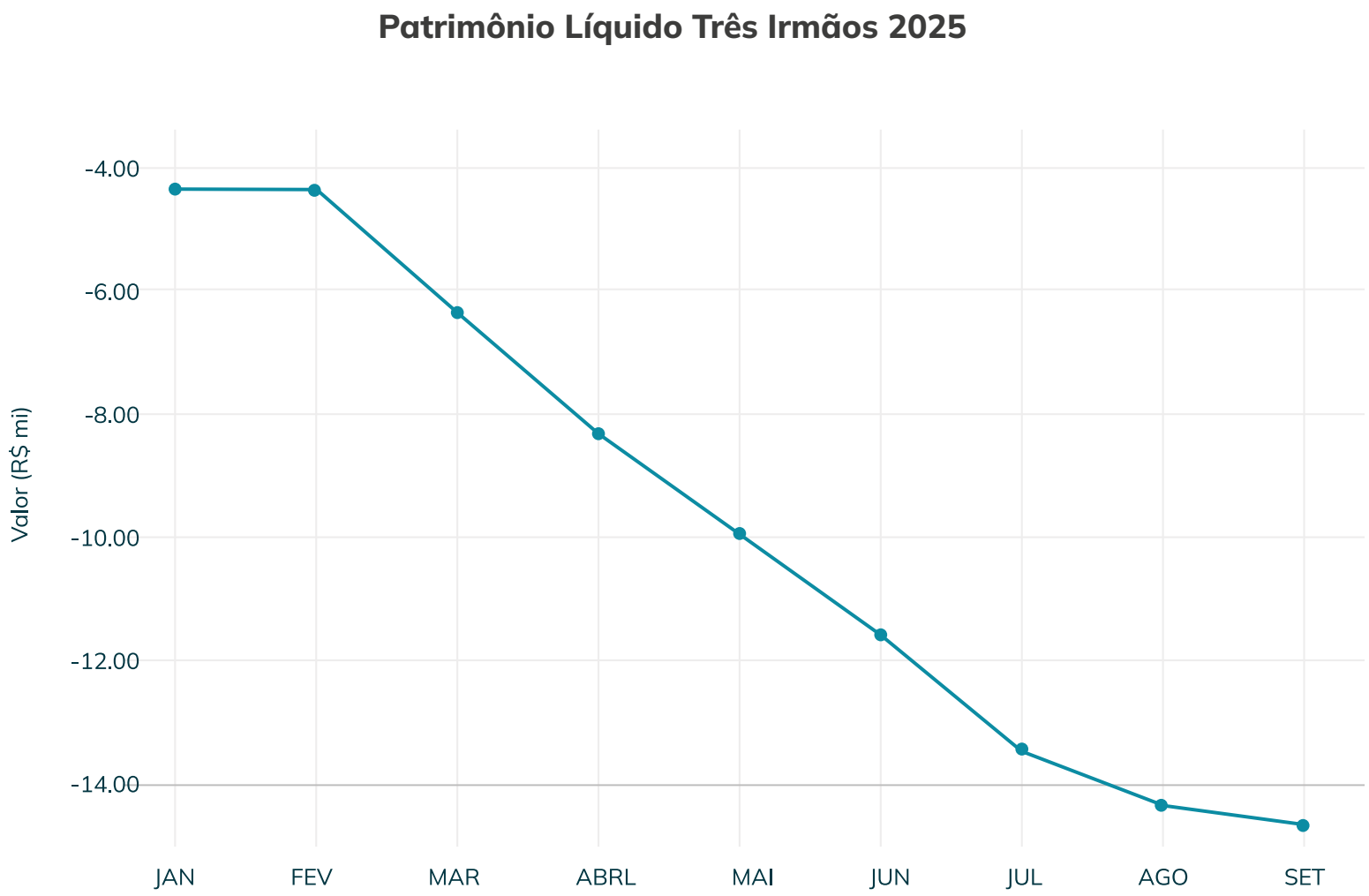
Competitividade e Sustentabilidade

O quadro negativo do patrimônio sinaliza restrições ao acesso a crédito, limitações na distribuição de resultados e alerta a credores e fornecedores, impondo limites estratégicos à expansão e à capacidade de investimento em inovação ou em mercados.

Conclusão

A Três Irmãos evidencia cenário de transição: o patrimônio líquido segue deficitário, indicando que há ainda passivo a descoberto relevante, mas a tendência é de regularização progressiva caso o resultado operacional positivo se mantenha, acelerando o processo de recuperação patrimonial. Recomenda-se foco estratégico em reequilíbrio financeiro, reforço do capital próprio, negociações para redução de passivo e manutenção de disciplina rigorosa na gestão de caixa para garantir a sobrevivência e a retomada da confiança no longo prazo.

A seguir gráfico om o patrimônio líquido:



10 Análise Geral do DRE

A análise detalhada do resultado do exercício da 3 Irmãos em 2025, demonstra deterioração progressiva do desempenho ao longo do ano, refletindo dificuldades contábeis, financeiras e econômicas graves.

MÊS	RESULTADO LÍQUIDO (R$)	ACUMULADO (R$)
Janeiro	R$ 1.979.604,36	R$ 1.979.604,36
Fevereiro	-R$ 30.131,06	R$ 1.949.473,30
Março	-R$ 2.103.621,78	-R$ 154.148,48
Abril	-R$ 1.930.979,37	-R$ 2.085.127,85
Maio	-R$ 1.689.373,92	-R$ 3.774.501,77
Junho	-R$ 1.448.606,76	-R$ 5.223.108,53
Julho	-R$ 2.078.531,73	-R$ 7.301.640,26
Agosto	-R$ 878.277,12	-R$ 8.179.917,38
Setembro	-R$ 413.223,93	-R$ 8.593.141,31

RECUPERE

Análise Contábil

• O ano se inicia com lucro relevante em janeiro, sinalizando potencial de resultado operacional e margem positiva, com reflexo inicial favorável no patrimônio líquido.

• A partir de fevereiro, há reversão imediata: todos os meses seguintes apresentam prejuízos líquidos, levando o resultado acumulado a se tornar negativo já em março e atingir -R$ 8.593.141,31 em setembro.

• Esse quadro contábil indica necessidade de registro de provisão para perdas, contínua redução do patrimônio líquido e restrição na distribuição de lucros, comprometendo a saúde patrimonial.

Análise Econômica

• O comportamento do resultado evidencia incapacidade de gerar valor econômico sustentável após o primeiro mês, com o ciclo operacional incapaz de arcar com custos e despesas fixas ou variáveis crescentes.

• Os prejuízos mensais podem sinalizar fatores como queda nas vendas, redução de margem, elevação dos custos de produção insumos, despesas financeiras altas ou até problemas competitivos que afetaram receitas e preços.

A piora progressiva indica que ações de curto prazo (venda de ativos, aumento de eficiência, reestruturação operacional) precisariam ser implementadas rapidamente para evitar agravamento do quadro em exercícios futuros.

Análise Financeira

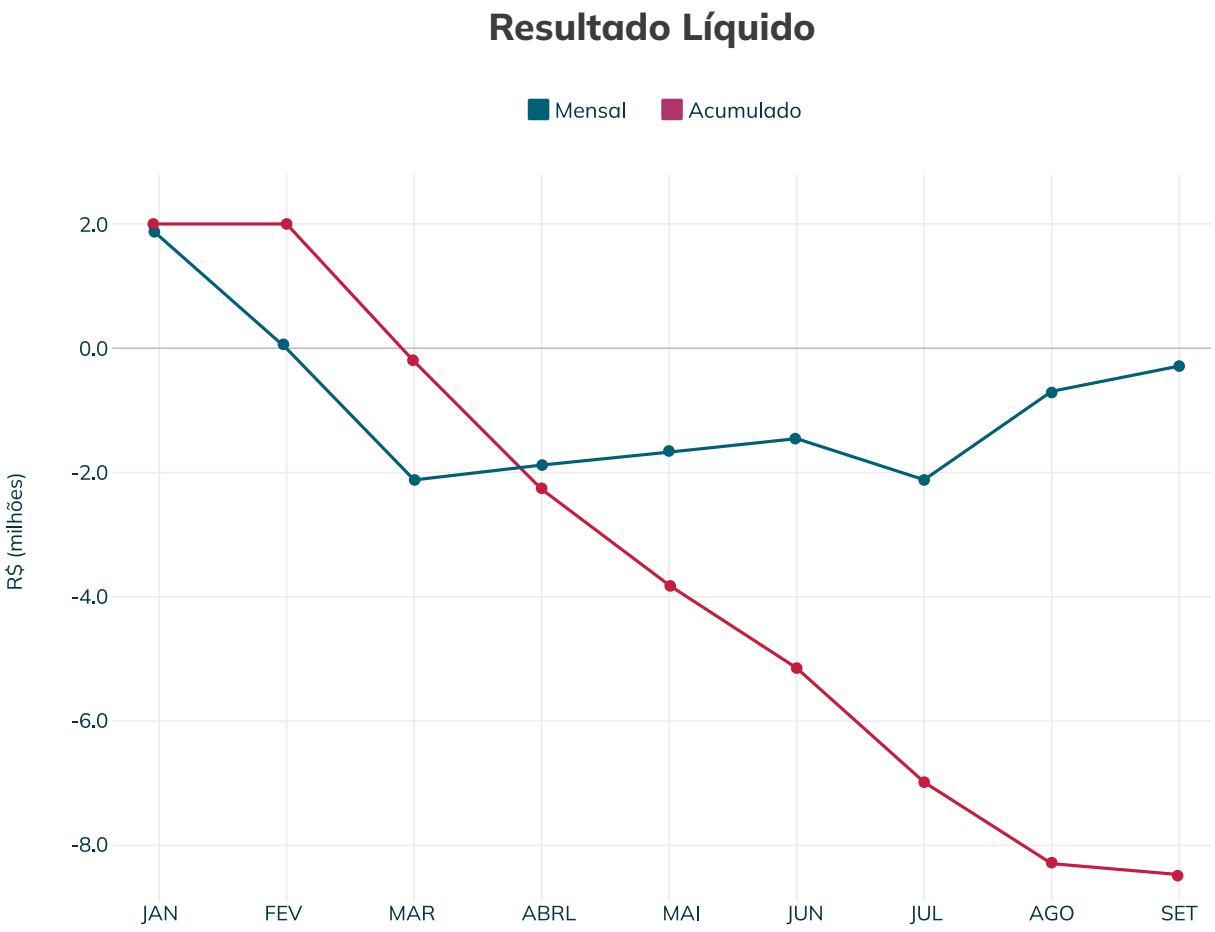
• O resultado líquido negativo recorrente pressiona o capital de giro e reduz liquidez, podendo forçar a empresa a depender de empréstimos, renegociar prazos ou contrair dívidas com fornecedores para compensar déficit de caixa.

• O prejuízo acumulado superior a R$ 8,5 milhões reduz drasticamente a capacidade de autofinanciamento e dificulta linhas de crédito, ao mesmo tempo em que aumenta risco de ruptura de contratos ou covenants financeiros.

A manutenção do prejuízo também aumenta a desconfiança do mercado, de credores e fornecedores quanto à continuidade operacional da empresa.

Contexto Evolutivo	• O padrão claro de deterioração, do lucro único em janeiro até prejuízos mensais e o agravamento acumulado, indica necessidade urgente de revisão estratégica contábil, financeira e operacional. **Sem reversão do quadro nas variáveis básicas do DRE, a tendência é de aprofundamento do déficit patrimonial e das perdas para o exercício seguinte, colocando em risco a própria continuidade do negócio nos moldes atuais.**

A seguir gráfico com o resultado líquido:



Embora se observe uma redução relativa nos prejuízos mensais a partir de julho — com diminuição da magnitude dos resultados negativos até setembro —, os demais meses do ano, com exceção de janeiro, ainda apresentaram desempenho deficitário. O padrão recorrente é de resultados negativos, sem reversão para lucros ao longo do período analisado após o primeiro mês do ano.

A atenuação das perdas nos últimos meses não configura, por si só, uma retomada consistente ou uma melhora estrutural das finanças da empresa, mas sim uma desaceleração na piora do quadro. O cenário financeiro segue delicado, com risco elevado e necessidade de reestruturação, uma vez que a empresa continua sem gerar saldos positivos.

Ressalta-se, ainda, a importância de observar com atenção os dados relativos aos meses finais de 2025, que poderão oferecer elementos adicionais para avaliar uma possível inflexão de tendência ou manutenção do quadro atual.

11 Passivo Tributário

A análise detalhada dos passivos tributários revela uma estrutura altamente comprometida por múltiplos parcelamentos de ICMS notificado, todos em regime de Recuperação Judicial e distribuídos ao longo de prazos extensos, com valores relevantes em principal, multas e juros.

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Estado de Santa Catarina)

Parcelamento 251100182396:

- Valor total parcelado: R$ 3.439.466,65;
- Composição:
Imposto: R$ 1.309.481,66 -
Multa: R$ 1.266.298,00 -
Juros: R$ 863.686,99;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Abril/2025 até Março/2032;

Situação: Quitação até agosto, todas parcelas vencidas e próximas já provisionadas; valores das futuras parcelas com acréscimos de juros embutidos (cerca de 28% do valor mensal é juro ou multa).

Parcelamento 251100343110:

- Valor total parcelado: R$ 599.734,44;
- Composição:
Imposto: R$ 253.057,95 -
Multa: R$ 189.793,36 -
Juros: R$ 156.883,13;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Situação: Primeira parcela já quitada; saldo das futuras parcelas tem proporção significativa de encargos financeiros, totalizando em média R$ 7.139,69 parcela/mês (42% do valor corresponde a multas e juros).

Parcelamento 241100396429

- Valor total parcelado: R$ 641.198,59;
- Composição:
Imposto: R$ 304.845,08 -
Multa: R$ 228.633,80 -
Juros: R$ 107.719,71;
- Parcelas: 60 mensais;
- Vencimentos: Jul/2024 a Jun/2029

Situação: Parcelas quitadas até agosto/2025; a partir de setembro, todos os valores mensais apresentados com vencimentos estáveis e acréscimos proporcionais de multa/juros, sempre totalizando cerca de R$ 11.825,62 por parcela em atraso.

Parcelamento 251100182400

- Valor total parcelado: R$ 104.854,42;
- Composição:
Somente Multa: R$ 91.704,06 -
Juros: R$ 13.150,36;
- Parcelas: 84 mensais;
- Vencimentos: Agosto/2025 a Julho/2032;

Situação: Parcela padrão de R$ 1.248,27 a vencer, composta inteiramente por encargos (multa/juros); esse caso foi originado por notificação sem principal de imposto, destacando autuações isoladas do fisco.

Situação Operacional e Risco	• A soma dos passivos tributários parcelados apenas de ICMS supera R$ 4,8 milhões, dos quais mais de R$ 2,1 milhões são encargos (multa/juros). • Todos os parcelamentos estão em situação ativa, sem parcelas em atraso, o que preserva o Certificado de Regularidade Fiscal nos próximos meses — mas o compromisso de liquidação até 2032 compromete caixa e capacidade de investimento da empresa. • O custo futuro do passivo tributário crescerá se houver reajustes de juros/multa, novas autuações ou atrasos nas próximas parcelas.
Implicações Financeiras	• O pagamento mensal dos parcelamentos, que pode ultrapassar R$ 70 mil considerando todos os acordos, compromete fluxo operacional e limita a capacidade de recomposição de capital de giro. • Multas e juros acumulados evidenciam práticas fiscais problemáticas no passado, obrigando revisão de processos internos para evitar novas notificações e autuações.
Recomendação Estratégica	• É fundamental manter disciplina absoluta no pagamento das parcelas, buscar abatimento de encargos via negociação judicial/fiscal, e adotar controles internos rigorosos para reduzir risco de autuações futuras. • A gestão tributária proativa e preventiva permitirá que, ao fim dos parcelamentos, a empresa recupere margem financeira e reputação fiscal junto ao mercado e órgãos públicos.

O passivo tributário detalhado, portanto, consiste em comprometimento de receita futura via parcelamentos longos, alto custo de encargos, risco fiscal permanente e dependência de gestão ativa para evitar agravamento do quadro financeiro global.

A empresa possui passivos tributários de alto risco e impacto operacional, distribuídos majoritariamente entre parcelamentos de ICMS em regime de recuperação judicial, que se prolongam até 2032. Os anexos mostram vários acordos ativos, cada qual detalhado em valor principal, multa e juros, com parcelas mensais rigorosas e cobrança de encargos que chegam a representar mais de 40% dos montantes mensais em alguns casos.

Detalhamento dos Principais Passivos Tributários

Parcelamento ICMS 251100182396

Valor total parcelado R$ 3.439.466,65. Do total, R$ 1.309.481,66 de imposto principal, R$ 1.266.298,00 de multas e R$ 863.686,99 de juros. Parcelamento em 84 vezes (abr/2025 a mar/2032), com parcela mensal em torno de R$ 40.946, sempre atualizada com nova fração de juros.

Todas as parcelas em 2025 foram quitadas, próximas já calculadas com acréscimos.

Parcelamento ICMS 251100343110

Valor total parcelado R$ 599.734,44, sendo cerca de R$ 253.057,95 de imposto, R$ 189.793,36 de multa e R$ 156.883,13 de juros. Cobrança mensal de R$ 7.139, proporcional a 42% do valor em encargos.

Situação ativa, sem parcelas em atraso.

Parcelamento ICMS 241100396429

Valor total parcelado R$ 641.198,59, com R$ 304.845,08 de imposto, R$ 228.633,80 de multa e R$ 107.719,71 de juros. Parcelamento em 60 vezes.

Parcelamento ICMS 251100182400

Valor total parcelado R$ 104.854,42, sendo apenas R$ 91.704,06 de multa e R$ 13.150,36 de juros, originado por notificação sem imposto principal.

Quadro Resumo

PARCELAMENTO	VALOR TOTAL	COMPOSIÇÃO	PARCELAS	PRAZO	SITUAÇÃO OPERACIONAL
251100182396 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 3.439.466,65	R$ 1.309.481,66 / R$ 1.266.298,00 / R$ 863.686,99	84 mensais	2025–2032	**Parcelas quitadas até ago/2025. Futuras incidindo acréscimos. Cerca de 28% de encargos por parcela.**
251100343110 (ICMS/Rec. Judicial)	R$ 599.734,44	R$ 253.057,95 / R$ 189.793,36 / R$ 156.883,13	84 mensais	2025–2032	**Primeira parcela quitada, demais vencendo. Encargos representam até 42% do valor mensal.**
241100396429 (ICMS/Fora do Prazo)	R$ 641.198,59	R$ 304.845,08 / R$ 228.633,80 / R$ 107.719,71	60 mensais	2024–2029	**Todas parcelas quitadas até ago/2025, próximas ajustadas com acréscimos.**
251100182400 (ICMS/Multa e Juros)	R$ 104.854,42	R$ 0,00 / R$ 91.704,06 / R$ 13.150,36	84 mensais	2025–2032	**Parcela padrão de R$ 1.248,27, toda composta por multa e juros. Acordo originado sem imposto principal.**

Diagnóstico Operacional

- Os parcelamentos totalizam mais de R$ 4,8 milhões, dos quais mais de metade corresponde a multas e juros — um indicativo de problemas fiscais e autuações do passado.
- O valor mensal comprometido com passivos tributários ultrapassa R$ 70 mil, pressionando fortemente o fluxo de caixa e dificultando recomposição de capital, renegociação bancária e implementação de novos projetos.

Até o momento, não há parcelas em atraso, o que mantém a regularidade fiscal e protege a empresa de sanções adicionais, mas as obrigações futuras são pesadas e não permitem margem para atrasos ou renegociações.

Implicações e Riscos	• O alto custo financeiro dos parcelamentos fiscais reduz sensivelmente a competitividade e capacidade de investimento da empresa. A dependência de acordos fiscais prolongados amplia o risco de desequilíbrio operacional caso falte liquidez ou novas autuações surjam. • As multas e os juros embutidos comprovam necessidade de revisão profunda na escrituração e processos fiscais, além de fortalecer controles internos para evitar reincidência. • O comprometimento até 2032 faz com que parte relevante da receita futura esteja bloqueada para liquidação de dívidas passadas, comprometendo planejamento estratégico e capacidade de reação frente ao mercado. **A gestão deste perfil de passivo tributário exige controle rigoroso, disciplina operacional e busca sistemática por redução de encargos, além de transparência fiscal para preservação de reputação junto ao fisco, bancos e parceiros comerciais.**

12. Passivo Extraconcursal

Os passivos extraconcursais da empresa correspondem às dívidas e obrigações não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, e representam compromissos essenciais e impeditivos à continuidade operacional, impactando diretamente liquidez e solvência.

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Fontes Principais (Agosto de 2025)

- Bancos nacionais e estrangeiros: Diversos contratos de ACC, FINAME, AF e instrumentos de crédito, incluindo saldos em reais e dólares, em destaque para Banco do Brasil, Caixa, Santander, Itaú, Banrisul, Daycoval, Safra, Sofisa, Luso Brasileiro, Unicred.

- Moeda estrangeira: Grande volume de obrigações em dólares, proveniente de ACCs e instrumentos de financiamento da exportação, elevando risco cambial e pressão sobre caixa em caso de variação do câmbio.

- Cooperativas de crédito: Contratos de longo prazo envolvendo capital de giro e financiamento para operações produtivas e renovação de parque fabril.

Valores Principais

Total em reais: **R$ 5.645.234,98** (principal, destinação comercial, agrícola, industrial, crédito consignado, financiamentos).

Total em dólares: **USD 8.147.679,63** (grande parte em ACC e instrumentos de giro para exportação, sujeitos a oscilações cambiais até 2026).

Vencimentos: Grande parte das obrigações tem vencimentos que se estendem até 2026–2030, com destaque para títulos longos das cooperativas e bancos; parte relevante dos contratos de ACC vencendo ainda em 2025 e outros programas em até 16 meses.

RECUPERE

Estrutura detalhada dos passivos extraconcursais

Diagnóstico Operacional e Financeiro

• Comprometimento do caixa: Passivos extraconcursais demandam prioridade de pagamento, pois caso inadimplidos, podem gerar bloqueios de contas bancárias, protestos, ações de execução e riscos imediatos à atividade produtiva.

• Risco cambial: A concentração em dívida dolarizada amplia volatilidade das despesas financeiras, podendo dobrar de tamanho em movimentos adversos do câmbio.

Limitação de renegociação: Diferentemente dos passivos concursais, não são sujeitos a plano ou suspensões do processo de recuperação judicial, o que obriga renegociações pontuais diretamente com cada credor.

Pontos Críticos

• Contas com bancos: Diversos valores em aberto com vencimento imediato (ACC, AF) pressionam capacidade de rolagem e custo do capital.

• Cooperativas e Finame: Financiamentos de parque produtivo exigem amortização regular, com risco de execução em caso de descumprimento contratual.

Exigibilidade direta: Em caso de inadimplência qualquer credor extraconcursal pode acionar meios judiciais de cobrança sem necessidade de aguardar tramitação da recuperação, aumentando severidade da exposição financeira.

Implicações Estratégicas

• A manutenção do pagamento dos passivos extraconcursais é essencial para manter fluxo operacional, preservar acesso ao crédito, evitar bloqueios e garantir suprimentos para continuidade da produção.

O monitoramento intensivo dessas obrigações, com controle de vencimentos e hedge de câmbio, é fator crítico para sucesso e para evitar agravamento do risco de insolvência operacional.

Passivo Extraconcursal

Segue um **quadro detalhado** dos passivos extraconcursais, considerando bancos, cooperativas e dívidas em moeda nacional e estrangeira:

CATEGORIA	CREDOR / INSTRUMENTO	MOEDA	VALOR	VENCIMENTOS	RISCO / OBSERVAÇÃO
Bancos nacionais	BB, Banrisul, Safra, Daycoval	Real	R$ 5.645.234	2025–2030	ACC, FINAME, AF, limites de rolagem imediata
Bancos estrangeiros	BB, Santander, Sofisa, Luso	Dólar	USD 8.147.679	2025–2026	Grande exposição cambial e vencimentos curtos
Cooperativas de crédito	Unicred	Real	R$ 3.316.281	2030	Contratos de giro produtivo e financiamento
Dívida comercial/ACC	Diversos (COMEX, exportação)	Dólar	USD 5.898.985	2025/2026	Exigibilidade direta, risco de protesto

Pontos Críticos

- Pagamentos extraconcursais têm prioridade e não são abarcados pelo plano de recuperação judicial.
- Risco elevado de execução, bloqueio e protesto em caso de inadimplência.
- Dívida relevante em moeda estrangeira eleva volatilidade dos desembolsos.
- Amplo comprometimento do caixa e necessidade de controle de vencimentos e câmbio.

A situação exige disciplina máxima de pagamento e gestão ativa do fluxo financeiro para evitar bloqueios e preservar a continuidade operacional da empresa.

13 Débitos Fiscais

Resumo Executivo (onde a empresa está hoje)

Status cadastral:

Empresa ATIVA e em Recuperação Judicial.

Certidão fiscal:

Há Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) emitida em 20/08/2025, válida até 16/02/2026 — indica a existência de débitos com exigibilidade suspensa (por parcelamento, garantia, discussão administrativa/judicial, etc.), o que equivale a regularidade para diversos fins enquanto perdurarem as condições de suspensão. Atenção: se qualquer suspensão cair (ex.: inadimplência em parcela), a CPEN pode deixar de ser emitida.

Contencioso administrativo (RFB/

Há processos de ofício/de constituição ativos (devedor), processos com exigibilidade suspensa e processos de crédito em julgamento. Implica exposição fiscal relevante e potenciais impactos (a depender dos desfechos).

Parcelamentos com exigibilidade suspensa (RFB – SIEFPAR):

6 acordos listados, somando R$ 2.385.216,78 de valor suspenso (ver detalhamento). Manter adimplência estrita é crítico.

Dívida Ativa/PGFN:

Existem inscrições ativas (SIDA) ajuizadas e negociadas no SISPAR, com exigibilidade suspensa. Há ainda pendências de transação por adesão (PGDAU nº 11/2025) — modalidades previdenciárias para RJ (até 60 meses) e RJ/demais (até 120 meses), com redução até 70% conforme o edital — confirmar adesão/consolidação.

Diagnóstico sintético	A empresa está regular por CPEN graças a um arcabouço de suspensões (parcelamentos/contencioso/negociações). O risco operacional central é não cumprir rigorosamente esses instrumentos; o risco jurídico está nos processos em curso (que podem gerar exigibilidades futuras).

14

Receita Federal (RFB) – SIEF e Processos

Pendência – Processo Fiscal (SIEF)

Constam processos marcados como “DEVEDOR” (ou seja, com crédito tributário constituído/exigível, salvo eventuais suspensões específicas). A localização indica áreas de cobrança/fiscalização. Isso exige acompanhamento de prazos e eventuais garantias para evitar constrições.

Processo Fiscal com Exigibilidade Suspensa (SIEF)

Há processos em que a exigibilidade está suspensa por:

- Revisão de lançamento (SUSPENSO-REVISÃO);
- Medida judicial (SUSPENSO-MEDIDA JUDICIAL, com validade de análise mencionada);
- Recursos administrativos (ex.: “DEVEDOR – EM JULGAMENTO RECURSO (CRÉDITO)”), inclusive com “processos de crédito” vinculados — estes podem representar pleitos de compensação/restituição aguardando decisão, com potencial ativo fiscal caso favoráveis. Risco/Oportunidade: se improcedentes, aumentam o passivo; se procedentes, geram crédito ou extinguem débitos.

Parcelamentos na RFB — SIEFPAR (exigibilidade suspensa)

O relatório lista seis parcelamentos com respectivos valores suspensos:

00090821200057541542145 – R$ 165.163,04 (Simplificado/Ordinário);
00090821200218041222126 – R$ 80.311,07 (Simplificado/Ordinário);
00090821200245525322130 – R$ 51.370,78 (Simplificado/Ordinário);
02110001200783239752454 – R$ 335.937,50 (Simplificado);
02110001200852173652492 – R$ 336.951,10 (Simplificado);
02460001100002486342406 – R$ 1.415.483,29.

Total: R$ 2.385.216,78 (exigibilidade suspensa enquanto o acordo estiver adimplente).

15 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

SIDA – Inscrições com Exigibilidade Suspensa

Há inscrições em Dívida Ativa (diversas contribuições – empregador, SEBRAE, SENAI, SESI, Salário-Educação, INCRA, RAT) com situação: ATIVA / AJUIZADA / NEGOCIADA NO SISPAR e exigibilidade suspensa por negociação (vinculadas ao processo 19414.436.392/2022-21). Implica cumprimento estrito do acordo (SISPAR), sob pena de retomada de cobrança/execução.

Pendência – Parcelamento (SISPAR) / Transação por Adesão – PGDAU n. 11/2025

O relatório aponta contas relacionadas a Transação por Adesão (PGDAU n. 11/2025), com modalidades previdenciárias específicas para empresas em RJ (até 60 meses) e demais em RJ (até 120 meses), ambas com redução até 70% (conforme o edital). Recomendações:

- **Confirmar adesão efetiva (status, valor consolidado, desconto aplicado, garantias).**
- **Verificar prazos (adesão/consolidação/pagamento de entrada).**
- **Alinhar fluxo de caixa ao cronograma, pois inadimplência pode romper benefícios.**

16

Certidão Fiscal – Leitura e Implicações Práticas

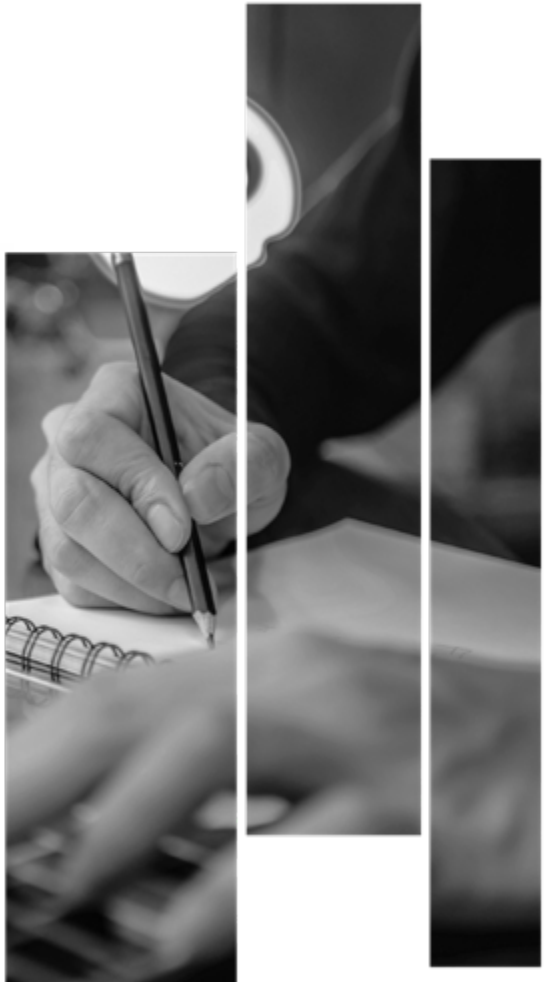
A CPEN vigente (20/08/2025 16/02/2026) indica que, apesar de existirem débitos, TODOS os que impactam a certidão estão com exigibilidade suspensa (por parcelamento, judicial, garantia, etc.). Isso equivale a regularidade enquanto as condições forem mantidas. Implicação:

- **É viável apresentar a CPEN em exigências de regularidade (licitações, contratos, bancos) durante a validade;**
- **Risco: qualquer rompimento (ex.: atraso em parcela de SIEFPAR/SISPAR, decisão desfavorável em SIEF sem nova suspensão) pode impedir nova emissão/renovação. Planejar renovações com antecedência (jan/2026).**

Conclusão

A empresa está regular por CPEN até 16/02/2026, sustentada por um conjunto de suspensões (parcelamentos RFB/PGFN, contencioso e transações em curso). O núcleo de risco está na manutenção da adimplência e no desfecho dos processos. Priorizar compliance de prazos, consolidação robusta das transações (PGDAU 11/2025) e gestão ativa do contencioso é essencial para preservar a regularidade e reduzir o custo fiscal no médio prazo.

17 Considerações Finais



Verifica-se que a **Recuperanda manteve suas operações regulares** nas unidades fabris de **Campo Alegre/SC e Caçador/SC,** observando-se **maior concentração produtiva em Campo Alegre/SC,** em linha com a estratégia de centralização industrial implementada ao longo do segundo semestre. Tal medida possibilitou **ganhos de escala e redução de custos fixos,** embora exija **monitoramento constante da unidade de Caçador,** a fim de evitar ociosidade e perda de rentabilidade.

O faturamento acumulado até setembro de 2025 atingiu **R$ 89,38 milhões,** com **predominância das exportações** e leve recuperação no mês de setembro, demonstrando resiliência do modelo de negócios frente às oscilações cambiais e à dependência de mercados externos. **A eficiência exportadora** e a **manutenção de contratos estratégicos com grandes compradores internacionais** continuam sendo fatores determinantes para a sustentabilidade financeira da empresa.

A análise dos **ativos** evidencia **estabilidade patrimonial**, com pequena variação negativa de 2,7% no total ao longo do exercício, e predominância do ativo circulante (superior a 52%), o que reforça a **liquidez e a capacidade operacional de curto prazo.** No campo dos passivos, permanecem alertas quanto ao equilíbrio entre o endividamento e o patrimônio líquido, exigindo disciplina financeira e acompanhamento das obrigações concursais e extraconcursais.

O resultado líquido negativo ainda reflete o cenário de ajuste operacional e financeiro, com impacto direto na recomposição do patrimônio líquido, destacando-se a necessidade de **gestão rigorosa de custos e fluxo de caixa,** especialmente diante de obrigações fiscais e parcelamentos em curso.

Por fim, a Administradora Judicial **recomenda a continuidade da política de controle financeiro e racionalização produtiva,** bem como **a manutenção do foco em mercados externos** — pilar de sustentação da receita —, sem descuidar da diversificação gradual do portfólio e da revisão periódica dos custos industriais.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Colon, nº 1200 | Bairro Gloria | Joinville-SC
contato@recupereadmjudicial.com.br